



## HABITAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL EM MANAUS: O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL VIVER MELHOR

Maria Lenice da Silva Rodrigues<sup>1</sup>  
Heloisa Helena Correa Da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** A pesquisa visa discutir de maneira mais profunda os conflitos do conjunto habitacional Viver Melhor no Bairro de Santa Etelvina como forma de conhecer como estão sendo assegurados os direitos dos moradores. Para o desenvolvimento foi aplicado questionário e entrevista para os moradores. O posicionamento da amostra coletada em primeiro lugar expôs a satisfação de saírem do aluguel e de áreas de risco. Porém, a falta de segurança foi a principal problemática encontrada. Portanto, muitos contemplados no Programa Minha Casa Minha Vida, afirmam sentir desejo de mudar de moradia, mas a dificuldade financeira os impede da mudança.

**Palavras chave:** Moradia. Desigualdade Social. Viver Melhor. Cidade.

**ABSTRACT:** The research aims to further discuss the conflicts of Residencial Viver Melhor in the Santa Etelvina neighborhood as a way of knowing how the rights of residents are being ensured. For the development was applied questionnaire and interview for the residents. The positioning of the sample collected first exposed the satisfaction of leaving the rent and risky areas. However, the lack of security was the main problem encountered. Thus, many contemplated in the program my house my life, say they feel the desire to change housing, but the financial difficulty prevents them from moving.

**Keywords:** Housing. Social inequality. Viver Melhor. City.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de serviço social da Universidade Federal do Amazonas. email: marialenice.rodrigues@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em serviço social da Universidade Federal do Amazonas. email: hhelena@ufam.edu.br

## **1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer os conflitos e consequências nas condições de vida das famílias no Residencial Viver Melhor. Em vista disso, os objetivos específicos foram os seguintes: identificar a problemática vivenciada pelos moradores do Residencial Viver Melhor; analisar as formas de socialização das famílias a partir do modelo de organização habitacional e, por fim; investigar as dificuldades enfrentadas pelos residentes do Conjunto Habitacional Viver Melhor.

A pesquisa tem por base a teoria crítica das contradições sociais, sendo assim, de natureza avaliativa. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa de cunho descritiva. No qual para isto utilizou-se um questionário e entrevista para realização do estudo. Sendo assim, estudo de campo foi realizado no conjunto habitacional Viver Melhor, etapa II, no bairro de Santa Etelvina, zona norte da Cidade de Manaus.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os moradores em primeiro lugar sentem satisfação de terem saído do aluguel, da beira dos igarapés, ribanceiras, das margens de rio e, das áreas de risco. No entanto, a falta de segurança está sempre presente, onde por muitas vezes são submetidos às leis impostas pela criminalidade, assim imperando o medo nos moradores. Em suma, muitos contemplados no programa minha casa minha vida, afirmam sentir desejo de mudar de moradia, mas a dificuldade financeira os impede de fazer essa mudança.

## **2 PROBLEMÁTICA VIVENCIADA PELOS MORADORES DO RESIDENCIAL VIVER MELHOR**

A pesquisa buscou a compreensão da problemática vivenciada pelos moradores do residencial viver melhor através do questionário e entrevista, onde os assuntos abordados e levantados demonstraram uma situação de vulnerabilidade. Os problemas enfrentados dia a dia como a situação econômica, o alto nível de desempregados que por não possuírem nenhuma renda reflete no acúmulo de contas

levando a inadimplência de serviços necessários como; a água, energia, a taxa residencial, fazendo com que os moradores busquem alternativas para a sobrevivência.

A maioria dos entrevistados é do sexo feminino com idade de 30 a 40 anos, sendo que a maioria dos moradores possui ensino médio completo e está solteiro. Oliveira (2010) relata em seu estudo, que a prioridade de contemplação das residências são os idosos, os portadores de necessidades especiais e as mulheres chefe de família sendo preferência àquelas que possuem maior número de filiação.

No entanto, o autor também evidencia que não estão descartados outros moradores que não estejam adequados neste perfil, mas os critérios adotados se justificam pelo fato da mulher atual ser chefe de família e, estão submetidas a condições de vulnerabilidade do atual sistema capitalista antepondo seus direitos e os direitos de seus filhos.

Os moradores afirmaram que em média a quantidade de pessoas que residem por moradia é 3 e 4 moradores. No qual, este resultado está de acordo com a literatura onde a prioridade para obtenção da moradia é por mulheres com maior quantidade de filhos (OLIVEIRA, 2010). Evidenciou-se que a maioria dos moradores entrevistados não possui atividade remunerada, isto pode ter relação com o baixo poder aquisitivo dos moradores.

Já em relação ao vínculo empregatício dos moradores, estes afirmaram em sua maioria ser autônomos e terem uma renda mensal de todos os moradores da casa de apenas um salário mínimo. O resultado é referente ao projeto ser priorizado para família de baixa renda como efetivado pela Lei 11.124, de 16 de junho 2005, onde busca diminuir as desigualdades e diferenças decorrentes da nossa sociedade brasileira, principalmente em relação às mulheres brasileiras (BRASIL, 2005).

Já em referência ao tempo de residência no conjunto viver melhor a maioria afirmou morar no conjunto de 4 a 5 anos. Segundo a Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB) o conjunto foi entregue aos moradores a partir de dezembro de 2013, sendo assim a maioria dos moradores os primeiros residentes do conjunto. Porém alguns entrevistados possuem pouco tempo de moradia e afirmaram que residem com parentes ou na condição de cedidos ou alugados.

Outro fator presente na realidade dos moradores é a infraestrutura dos apartamentos. Os residentes relataram que em quase a sua totalidade enfrentam situações como; vazamentos nos apartamentos, gerando umidade, rachaduras, portas que caem, azulejos que se desprendem, os banheiros foram os mais citados como situação problema, causando um desconforto geral, pois o problema de um se torna o de outro morador o que reside embaixo é sempre o prejudicado na sequência dos andares. As escadas, na maioria dos blocos estão com as barras de sustentação e os corrimãos quebrados e soltos, os ferros expostos colocam em risco os que por ali acessam suas moradias e sem condições de fazerem a manutenção os problemas se multiplicam.

As famílias convivem com forte odor dentro de casa, com banheiros que inundam, transbordam invadindo o apartamento, uma queixa quase geral é quando chove a água escorre pelas entradas dos blocos, prejudicando não só o acesso, mas principalmente os moradores do térreo, pois seus apartamentos são inundados. Os extintores sem manutenção estão nas paredes quebrados. Assim como o quadro da rede elétrica com a fechadura quebrada, fica exposto com toda a sua fiação. Este fato é afirmado na entrevista pelo morador do residencial, onde para este relatório adotei o pseudônimo de Nonato, o residente afirma que:

Olha no momento que foi entregue o Residencial Viver Melhor a 5 anos atrás foi um sonho para muita gente, [...] a empresa a qual construiu Residencial Viver Melhor deixando muitos moradores com fissuras nos prédios e vazamento de água, falta de infraestrutura, isso faz com hoje muita gente venha a querer se mudar para outro lugar (NONATO, 2019).

O tamanho e divisão dos apartamentos são outro ponto que os domiciliados demonstraram uma insatisfação em relação ao espaço que acumulam muita coisa por não terem um lugar mais amplo para acomodar, como no caso do varal, a solução encontrada é utilizar os basculantes, grades dos blocos e as áreas externas dos prédios para a secagem das roupas.

Nessa busca por espaço os moradores que possuem automóveis, tiveram que buscar soluções para guarda-los então surgiu às inúmeras construções de garagens nas ruas dos blocos, feitos em qualquer lugar e provocando conflitos com aqueles que dizem esse modelo de construção descaracterizar o residencial.

Ao procurarem soluções há um empurra de responsabilidades dos órgãos competentes, como afirmaram os moradores que procuram a SUHAB, a Caixa Econômica Federal financiadora do Programa Minha Casa Minha Vida e a Construtora executora da obra, que acabam deixando essas responsabilidades para os próprios usuários que sem nenhum recurso vão acumulado reparos a serem feitos nas moradias. O art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), vigora o seguinte inciso XIX Art. 2º:

[...] XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.

Os desafios são muitos para a população do residencial como a pesquisa demonstrou no levantamento de dados que vai da situação socioeconômica, que por falta de recursos para efetuar o pagamento dos serviços básicos prioritários são suspensos (água, energia), assim também como as taxas do imóvel vão ficando acumuladas.

### **3 FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS**

A segurança é uma das questões mais abordadas pelos residentes, a insatisfação dos moradores é muito clara, pois a maioria afirmou ser péssima a segurança do residencial, no qual transparece o medo. As famílias convivem com a criminalidade que impõem suas leis, há o aumento da violência, roubos etc. Tudo isso tira a liberdade de uma convivência pacífica, onde muitos já tiveram que buscar soluções para sua segurança por seus próprios meios como a construção de portões dificultando o acesso de não moradores dos blocos.

Segundo os moradores a insegurança aumentou depois das ocupações ao redor do Conjunto Viver Melhor, as crianças e famílias inteiras são afetadas de todas as formas. Conseqüentemente, os moradores relataram que ao se pronunciarem ou denunciarem a insegurança, sofreram ameaças e ocorrem até expulsão do Conjunto. Nos arredores do residencial a área verde existente se tornou lugar de ocupação e até

de desova dizem os moradores, os crimes, assaltos e roubos no conjunto e nos coletivos são constantes, tirando a liberdade e o direito de ir e vir.

Rogério (2017, p. 81) reafirma em sua pesquisa intitulada de “A dignidade humana e o direito à moradia sob a ameaça do planejamento urbano inadequado” que a “Habitação digna ou adequada é aquela que oferece condições de vida sadia, com segurança, com a prestação eficiente de serviços públicos urbanos [...] ainda, pressupõe a segurança da habitação, um local não suscetível a desastres naturais e a possibilidade de ir e vir com segurança.”.

Araújo Junior (2008 apud PAGANI, 2013) afirma em seu estudo que a classe trabalhadora, culturalmente, foi levada a se instalar distante da sua região de trabalho, em áreas sem infraestrutura, serviços e transportes adequados.

Levando isto em consideração e os dados coletados em relação ao transporte e serviços básicos de atendimento, que apesar de haver no conjunto segundo os moradores feira, drogaria, mercadinho e padaria, é preciso compreender que há a necessidade de ter no conjunto outros serviços básicos de atendimento como loterias, supermercados, bancos etc. a fim de suprir e intensificar a classe trabalhadora do conjunto.

Na saúde, a única UBS (unidade básica de saúde) é tudo o que os moradores têm como referência e que faz com que os necessitados de um atendimento mais específico e urgente procurem outras zonas da cidade, buscando alternativas que viabilizem a rapidez de consultas, exames entre outras necessidades.

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. [...] Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros (NEGRI, 2008, p. 136, apud PAGANI, 2013, p. 108).

A educação, é outro fator que os residentes anseiam por mais atenção dos governantes, em relação a construção de escolas em todos os níveis para que possam corresponder ao grande número populacional dos estudantes e não os obrigue a estudarem longe, pois muitas crianças os pais levam e vão buscar, gastando um tempo para se deslocarem até outros bairros, além de gastos com passagens e muitas vezes

sem esse recurso disponível. Os mesmos dispõem de uma escola de ensino fundamental e uma de ensino médio.

Fica clara a insatisfação dos moradores, sobre áreas de lazer para crianças brincarem, as praças e até mesmo a falta da presença de trabalho social. Apesar de o conjunto possuir quadras poliesportivas, os moradores são privados de uma forma de socializar além dos blocos.

Infelizmente os moradores são privados de poder usufruir do lazer nas praças e quadras na companhia de suas crianças e familiares e ter essa convivência comunitária, devido as mesmas estarem sobre o domínio da criminalidade, impossibilitados de lazer no conjunto a população dos blocos busca alternativas de interação.

#### **4 CONFLITOS E CONSEQUÊNCIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS**

Apesar da maioria dos moradores afirmarem que a coleta seletiva ocorre de 4 a 7 por semana a preservação ambiental não se faz presente. O lixo se torna um problema de saúde, jogado a céu aberto atraindo insetos e outros tipos de animais além do forte odor.

Neste contexto foi feita uma ressalva por alguns moradores que confirmaram haver sim a coleta diária, porém ocorre de algumas pessoas revirarem as lixeiras em busca de matéria que podem ser reciclados e vendidos, gerando uma forma de renda, mas que trazem outro problema, pois os lixos ficam soltos, caídos fora do depósito próprio, ocorrendo que quando o carro coletor passa o recolhimento do lixo não ocorre mais como deveria ser, ficando muita coisa jogada e atraindo bichos, animais, exalando um forte odor e poluindo o ambiente.

Segundo Figueiredo (2018, p.13) “Tanto o direito a moradia como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado são importantes para a manutenção da vida humana. Ambos são protegidos constitucionalmente com o mesmo valor axiológico.”. A mesma autora também afirma que “O direito de habitação/moradia é considerado um direito humano básico inerente a qualquer ser humano, e o Estado é obrigado a

fornecer meios para seu alcance. Nesta mesma seara, o direito ao meio ambiente que é fundamental tanto para as gerações presentes como futuras.”.

Conseqüentemente, sabendo da problemática abordada no conjunto Viver Melhor e a importância da relação entre esses dois direitos, busca-se enfatizar a importância de projetos sociais que viabilizem a conscientização ambiental desses moradores promovendo melhor saúde que resulta em uma moradia digna e a geração de empregos a partir da manutenção do conjunto e reciclagem dos resíduos.

Todas estas problemáticas encontradas por esta pesquisa são enfatizadas com o seguinte depoimento da entrevista:

Falta de segurança, saneamento básico, limpeza, organização em geral porque o pessoal em si 'trouxeram' consigo a desejar quando moravam em certos locais e jogavam os seus lixos em qualquer canto, sendo que não jogavam na lixeira, deixavam o pessoal. Isso fez com que a gente conseguisse organizar o viver melhor (NONATO, 2019).

A observação aqui feita pela amostra da pesquisa na fala dos moradores é um medo total gerado pela insegurança, um grau de insatisfação e um desejo de proteção. Os traços aqui relatados pelos moradores foram; a fragilidade dos prédios em relação a segurança que deixa a desejar, pois fica um livre acesso por parte de moradores do residencial viver melhor de outros blocos, ocasionando a entrada de roubos, drogas ilícitas e até mesmo armas escondidas em um alçapão no teto que dava acesso ao telhado.

Os moradores espontaneamente relataram que tiveram que se organizar e tomar suas próprias decisões em busca de alternativas para a “proteção” de seus familiares, como; a construção de um portão interno, construído na maioria dos blocos com recursos próprios, visando coibir a entrada indesejável de todas essas situações de riscos já relatados acima.

O posicionamento da amostra coletada em primeiro lugar expôs a satisfação de saírem do aluguel, da beira dos igarapés, ribanceiras, das margens de rio, das áreas de risco. Contudo, muitos apesar de terem um sentimento de que melhorou a qualidade de vida, ficam saudosos do tempo em que mesmo morando numa habitação imprópria antes, se sentiam mais seguros, próximos da área urbana central, de serviços que atendiam as suas necessidades básicas. Por fim, há os que afirmam que se não



tivessem a oportunidade de serem contemplados no programa minha casa minha vida, jamais teriam condições de possuir um imóvel como o que habitam.

## **5 NOTA CONCLUSIVA**

A pesquisa de campo no conjunto habitacional buscou desvendar os conflitos e conseqüências nas condições de vida das famílias, demonstrando que o surgimento de problemas, suas dificuldades no decorrer dos anos tanto geraram os conflitos quanto as conseqüências. Ao analisar as problemáticas e suas conseqüências, a pesquisa evidenciou através da amostragem, o anseio dos moradores em terem o atendimento essencial em todos os campos. Ao abordar o grau de satisfação em que os residentes estão satisfeitos com a nova moradia, os dados coletados ficou evidenciado que embora os dados apontem para o grau de satisfação em relação a moradia no viver melhor, também apontam para um grau de satisfação quando estes mesmos moradores expressam a vontade de ir embora em razão da alta taxa de violência presente no local.

Por fim, a população na coleta se mostrou cooperativa, colaborando e se prontificando de livre e espontânea vontade a responder a investigação proposta no questionário e entrevista.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos de Mobilidade Urbana. Brasília, 2001. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm)>. Acesso em: 25 de março de 2019.

BRASIL. **lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos de Mobilidade Urbana. Brasília, 2005. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm)>. Acesso em: 25 de março de 2019.

FIGUEIREDO, Vanessa Aguiar. **Perspectivas do direito à moradia e sustentabilidade: ponderação entre direito à moradia digna e meio ambiente.** Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad. V. 04, ed. especial. 2018.

NONATO. **Entrevista concedida a Maria Lenice da Silva Rodrigues.** Manaus, 17 fev. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de; CASSAB, Latif Antônia. **O Serviço Social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. **Território, desigualdade e cidadania: o Programa Minha Casa, Minha Vida, em Londrina.** Serviço Social em Revista. v. 16, n.1. Londrina – PR, 2013.

ROGERIO, Marcele Scapin. **A dignidade humana e o direito à moradia sob a ameaça do planejamento urbano inadequado.** Revista Espaço Acadêmico, n. 197, 2017.

SUHAB - Superintendência Estadual de Habitação. **Governo do Amazonas Inaugura o Residencial Viver Melhor.** Manaus, 2012. Disponível em: <http://www.suhab.am.gov.br/>. Acesso em: 22 de junho 2018.